



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A POLÍTICA DE PRODUÇÃO ALIMENTAR NO PLANCLIMA DE SÃO PAULO

Cassia Grabert Neves Yebra¹; Vítor Soares Miceli²

¹FAU USP, cassia.gnyebra@gmail.com

²IEE/PROCAM/USP, vitor.miceli@usp.br

GT19 - Urbanismo e meio ambiente: soluções para as cidades globais

RESUMO

O presente artigo pretende analisar as ações intersetoriais do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima) voltadas para o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana no município, e também para o desenvolvimento da Política de Desenvolvimento Rural Sustentável com a conservação das áreas prestadoras de serviços ambientais. Para isso, será discutido o protagonismo do tema no enfrentamento dos desafios da crise climática no município de São Paulo e será feita uma breve análise qualitativa da política pública ambiental municipal, com foco na construção da política rural sustentável, analisando o Plano Diretor Estratégico (PDE) e também às políticas de fomento à produção de alimento no município, presentes nas ações propostas no PlanClima, observando, por fim, o relatório mais recente de acompanhamento de suas ações, com destaque para as de maior pertinência ao assunto tratado aqui (42 e 43).

Palavras-chave: Agricultura Urbana e Periurbana; Plano de Ação Climática; Planejamento Urbano

Destaques (highlights)

- Análise de política pública municipal
- Análise do Plano de Ação Climática de São Paulo
- Aproximação com às temáticas pertinentes à produção alimentar urbana
- Produção de alimentos em contexto urbano como mecanismo de enfrentamento das mudanças climáticas

¹ O pesquisador conta com Apoio CAPES PROEX no processo 88887.848067/2023-00.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

INTRODUÇÃO

Na última década o planeta Terra tem manifestado sucessivas crises em decorrência das mudanças climáticas que afetam diversos ecossistemas, contribuindo para o declínio da biodiversidade, e provocando gigantescos impactos econômicos e sociais, em consequência dos fenômenos meteorológicos extremos que têm se tornado cada vez mais intensos, frequentes e perigosos por efeito da emissão de gases de efeito estufa (GEE) que resultam no atual aumento da temperatura global em 1,5°C² acima dos níveis pré-industriais. De acordo com o último painel do IPCC, as mudanças climáticas reduziram a segurança alimentar e afetaram a segurança hídrica em razão do aquecimento global, da mudança de padrões de precipitação, e o aumento da frequência e intensidade dos extremos climáticos (IPCC, 2023, p. 50)

Quanto à emissão de GEEs no planeta, a partir de dados compilados pela Oxfam (2023), observamos que há uma desigualdade manifesta entre os países, com diversos índices apontando uma grande concentração de renda nos países do norte, o que se reflete nas emissões de GEE, sendo que os mais ricos são responsáveis pela maior parte delas, o que contribui em maior medida para o cenário de emergência climática. Os que mais sofrem na emergência, no entanto, são os que menos emitem GEEs, e que, por sua vez, são os que têm menos recursos para lidar com os prejuízos das catástrofes ambientais. A seguir, destacamos como este contexto se aproxima dos sistemas alimentares, de em âmbito global e nacional.

Ao olharmos para os dados sobre a origem dos GEEs que causam a atual ebulição global que enfrentamos, percebe-se que são provenientes de diversas origens e de múltiplas atividades da ação humana. Dentre elas, a cadeia de abastecimento alimentar ocupa um lugar de destaque. De acordo com estudo publicado em 2021 no periódico “*Nature Food*”³, e em artigo⁴ da FAO/ONU, os sistemas alimentares do planeta são responsáveis por mais de um terço das

² ONU confirma 2024 como o ano mais quente já registrado, com cerca de 1,55°C acima dos níveis pré-industriais. Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/287173-onu-confirma-2024-como-o-ano-mais-quente-j%C3%A1-registrado-com-cerca-de-155%C2%B0c-acima-dos-n%C3%ADveis>> . Acesso em 03/07/25

³ Disponível em <<https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1379538/>>. Acesso em 12/07/24

⁴ Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2021/11/1769652>>. Acesso em 12/07/24



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

emissões de origem antrópica. No mesmo ano, a FAO divulgou também um estudo que mostra que a cadeia de abastecimento alimentar poderá se tornar um dos maiores emissores globais de gases de efeito estufa.

Os dados revelam que 31% do total delas, que configuram 16,5 bilhões de toneladas, são provenientes de sistemas agroalimentares, um aumento de 17% em relação a 1990. Do total de emissões globais causadas pelos sistemas agroalimentares em 2019, sua principal fonte são as fazendas, que emitiram 7,2 bilhões de toneladas. Em seguida, 5,8 bilhões de toneladas são originadas nos processos da cadeia de abastecimento, e 3,5 bilhões de toneladas da exploração de terras. Destacam-se também alguns dados compilados por Hayek et. al. (2021), que aponta que a cadeia da pecuária ocupa cerca de 80% das áreas agricultáveis do mundo, provendo apenas $\frac{1}{3}$ das calorias consumidas pela espécie humana.

É notável também ressaltar o impacto ambiental que agropecuária industrial provoca em diversas esferas, com a contaminação do solo e da água pelo uso intensivo de agrotóxicos, como também a perda da vida do solo e sua capacidade de retenção de CO₂ da atmosfera, bem como a agressiva perda de área agricultável de alimentos para *commodities*. Por consequência, de acordo com Chancel, Bothe e Voituriez (2023) há regiões que já registram perdas de cerca de 30% na produtividade de lavouras em decorrência das mudanças climáticas, representando um enorme risco na segurança e soberania alimentar da população.

Discriminando alguns dados referente às emissões de GEE no Brasil, David Tsai, coordenador do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), aponta que as mudanças de uso da terra responderam por 1,12 bilhão de toneladas brutas de gás carbônico equivalente (CO₂eq), ou 48% do total nacional. A mudança de uso se dá principalmente nestas terras privadas em função da substituição de matas e campos nativos por monoculturas e pastos em extensas áreas de terras, com o uso intensivo de água e com a utilização massiva de agrotóxicos, impulsionado por nosso modelo de desenvolvimento agrícola agro exportador de *commodities* e agroenergia que segue em ascensão ano após ano, em detrimento da agricultura familiar para consumo interno. (Bombardi, 2023, p. 29).



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A cadeia produtiva alimentar brasileira, por sua vez, emite cerca de 1.8 bilhões de toneladas de gases estufa, o que representa cerca de 80% do que é emitido nacionalmente (2.4 bilhões anuais). Somente a carne é responsável por aproximadamente 1.4 bilhões de toneladas/ano.

Outro ponto relevante a ser tratado diz respeito às questões de acesso aos recursos destinados para agricultura e a produção de alimentos para a população global. Gonçalves e Mascarenhas (2017, p. 28) mostram que estes pequenos agricultores atendem a 70% das necessidades globais, usando apenas 30% dos recursos destinados à agricultura, em contraste à agricultura industrial, que utiliza 70% destes recursos e fornece 30% do alimento que consumimos.

No Brasil, os agricultores familiares representam quase 80% do total dos produtores rurais⁵. De acordo com o Anuário Estatístico da Agricultura Familiar de 2024, ela representa quase 70% dos empregos no campo. Ocupam, todavia, somente 23% das áreas agricultáveis (CONTAG, 2024). Vale destacar também que as mudanças climáticas influem diretamente na produção de alimento, e acentuam a vulnerabilidade dos pequenos agricultores pois afetam diretamente os rendimentos das famílias produtoras trazendo desdobramentos para o abastecimento das cidades com a alteração do preço dos alimentos, para cima. Dessa forma, o entendimento e preparação frente à crescente imprevisibilidade climática local e regional é um importante instrumento na busca por maior resiliência de pequenas propriedades produtoras, essenciais à coesão social de zonas rurais e o abastecimento de grandes centros urbanos. (FGV, 2022, p. 8)

Com o aumento dos preços dos alimentos, os cenários de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) tendem a se agravar. Há a estimativa que cerca de 30% da população brasileira conviva com algum grau dela (leve, moderada ou grave. Quando observamos as tendências de produtividade em cenários de mudanças climáticas, podemos inferir que esse cenário se agrave (Assad, 2024). Em suma, as mudanças climáticas provocam efeitos econômicos e sociais de forma desigual, e alteram de diversas maneiras cenários de insegurança alimentar e nutricional. (Santos, Silva, Souza, 2022).

⁵ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Segurança Alimentar 2023. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>; Acesso em 03/07/2025



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Para vislumbrarmos um futuro possível em um planeta cada vez mais povoado e concentrado no meio urbano, o encurtamento dos circuitos agroalimentares com uma agricultura de base ecológica deve ser uma premissa. É neste contexto que se insere um dos debates sobre preservação das zonas rurais para a construção de resiliência climática e sobre agricultura urbana e periurbana (AUP), que tem sido apontada, sobretudo pela ONU, no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como um caminho para gerar benefícios ambientais, fortalecer a produção e oferta de alimentos, tornando sociedade menos vulnerável a choques externos, aproximando o alimento da população, diminuindo custos com transporte, armazenagem e conservação. (FGV, 2022).

As cidades como grandes centros de consumo reconhecem cada vez mais a sua responsabilidade na construção de sistemas alimentares sustentáveis que não apenas reduzam o desperdício de alimentos e proporcionem oportunidades de meios de vida dignos para produtores, processadores e comerciantes de alimentos, nas áreas rurais, periurbanas e urbanas, mas também promovam formas ambientalmente viáveis de produção de alimentos.

A partir desta compreensão, diversas cidades do mundo têm desenvolvido iniciativas políticas e programas que estão sendo realizados em diversos domínios relacionados com a produção urbana e periurbana de alimentos e o seu fornecimento. Algumas declarações internacionais também vêm mobilizando esta questão, como, por exemplo, o Pacto pela Política Alimentar Urbana de Milão (MUFPP), do qual a cidade de São Paulo é signatária, é um acordo entre rede de cidades, criado em 2015, que estabelece ferramentas de ação para o desenvolvimento e a implementação de sistemas alimentares sustentáveis nas cidades.

O que tem se observado entre acordos internacionais, no entanto, como o Acordo de Paris de 2015, é que há um descompasso entre a crise climática e os compromissos e ações empenhados efetivamente por parte dos diversos atores envolvidos (UNEP, 2019; FGV, 2022, p. 8). Nesse contexto se insere a elaboração do Plano de Ação Climática de São Paulo (PlanClima), apresentado em 2021. Adiante, comentamos o PlanClima enquanto instrumento de política pública que visa se debruçar sobre tais aspectos.

Plano de Ação Climática de São Paulo

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

O PlanClima de São Paulo é uma iniciativa à nível municipal que estabelece ações intersetoriais para o período de 2020 a 2050 com objetivos, no âmbito da mitigação de zerar suas emissões líquidas de carbono em 2050, contando com ações tanto municipais, estaduais e federais, e no âmbito da adaptação de fortalecer a resiliência do Município frente às mudanças climáticas. O que podemos ver, de imediato, é que o nível de sucesso do Plano também depende de atores que estão fora da alçada municipal, ensejando relações de governança multinível, partindo do nível local ao federal. O Plano tem como horizonte a busca pela efetivação do Acordo de Paris.

Sua conceituação contou com apoio da rede Grupo C40 e seu escopo busca a articulação de diversas políticas públicas em todas as secretarias municipais (em consonância também com políticas estaduais e federais), colocando ações de curto prazo (2021-2024), médio prazo (com prazo final de implementação variando entre 2025 e 2032) e de longo prazo, cuja conclusão varia entre 2028 e 2050 (passando, portanto, 8 gestões municipais que devem ao início de cada gestão, realizar a revisão do Plano).

O Plano é estruturado em sete capítulos, apresentando desde a construção histórica da capital paulista e de sua Região Metropolitana até os impactos esperados pelas mudanças climáticas no âmbito municipal. Além disso, ele se estrutura em torno de 44 grandes ações, contando cada uma delas com ações tanto de mitigação quanto de adaptação climática. Elas são categorizadas da seguinte forma: (i) rumo ao carbono zero em 2050; (ii) adaptar a cidade de hoje para o amanhã; (iii) proteger pessoas e bens; (iv) Mata Atlântica, precisamos de você!; (v) gerar trabalho e riqueza sustentáveis. Adiante no trabalho, destacamos aquelas que se relacionam com a temática da produção alimentar, as de número 42 e 43.

Fortalecimento da Política Rural Sustentável da Agricultura Urbana e Periurbana no município como estratégia climática

O debate relativo ao encurtamento dos circuitos com o estímulo à produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas possui diversas abordagens. Um espectro relevante a ser trazido, diz respeito à importância da manutenção das áreas de interface urbano-rurais como estratégia para a construção de maior resiliência climática, e também do fomento a políticas sustentáveis voltadas à este território, independentemente da perspectiva setorial que enxerga o rural apenas como agrícola.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Conforme apontam Travassos e Portes (2018, p. 360), há no campo dos estudos rurais brasileiros e internacionais uma mudança de paradigma na maneira com a qual se compreende o mundo rural, que enxergam “as ruralidades” não apenas como agrícolas, mas como complexas e multifuncionais.

Dentre as multifuncionalidades destas áreas de interface urbano rural, ou conhecidas também como “periurbanas”, para além do papel de abastecimento de hortifrutigranjeiros aos centros urbanos, destacamos as que se configuram como estratégia chave no enfrentamento da crise climática, pois prestam uma série de serviços ecossistêmicos essenciais à cidade, como de provisão - de água e alimentos, mas especialmente os de regulação, como o controle climático, manutenção do equilíbrio hidrológico, sequestro de carbono e os de suporte, como formação do solo, ciclagem de nutrientes e conservação da biodiversidade, e os culturais, como recreação e cultura (Portes, Travassos, 2018). Também ressaltam que normalmente nestas áreas também se localizam remanescentes de florestas ou áreas de influência na formação de bacias hidrográficas, e , portanto, com repercussões para a paisagem, o lazer e a conservação dos recursos naturais locais.

Nesse sentido, Biazoti apud Yebra (2025) também destaca que a AUP não se limita apenas ao fornecimento de alimentos, mas também desempenha importantes serviços ecossistêmicos e promove a autonomia comunitária e a reconexão com os ciclos naturais. As discussões contemporâneas sobre AUP mostram que essa prática incorpora novas funções e significados no espaço urbano, refletindo uma reorganização das relações urbano-rurais. A autora também ressalta a multifuncionalidade de AUP, que, além de produzir alimentos e renda, também desempenha um papel na gestão ambiental e oferece outros serviços demandados pela população urbana como compostagem e reutilização descentralizadas dos resíduos urbanos, reverdecimento urbano e melhoramento do microclima, infiltração de água no solo, além de ofertar de oportunidades de lazer e de criação de laços comunitários em hortas coletivas. É relevante destacar também que a prestação de serviços ecossistêmicos por parte das unidades produtivas agropecuárias, sejam estas comerciais de pequeno porte⁶ ou de agricultura urbana

⁶ Definição presente nas Tipologias de AUP do Relatório “Para Além dos Alimentos: a contribuição da agricultura urbana para o bem-estar da metrópole de São Paulo.” do Instituto Escolhas. Disponível em <<https://alemdosalimentos.escolhas.org/>>. Acesso em 06/07/25



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

multifamiliar, ou hortas comunitárias, diferem em função da escala, mas ainda assim promovem a geração de biodiversidade e permitem maior proximidade com consumidor.

METODOLOGIA

Em relação aos materiais e métodos foram utilizados a literatura: artigos, livros, cadernos técnicos, legislações, capítulos de livros, teses, dissertações que abordaram os temas pertinentes ao artigo. Esse material foi acessado nas plataformas digitais da USP, no Sistema *Scielo* e na *Web of Science*, com busca em três idiomas: português, espanhol e inglês. O Plano, assim como a bibliografia, foi examinado à luz da análise do conteúdo, conforme a orientação da metodologia de Bardin (1977).

Além do que fora comentado anteriormente, observamos o 3º Relatório de Acompanhamento das Ações do Plano. Dessa forma, conseguimos ver o que reporta a municipalidade acerca do Plano.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Em relação ao Plano de Ação Climática de São Paulo, temos alguns apontamentos sobre as hortas urbanas e produção de alimentos no Município. No capítulo 4.5 *Gerar Trabalho e Riqueza Sustentáveis*, há o indicativo de alguns marcos de execução para o ano de 2025, das quais destacamos os relativos a esses espaços (Prefeitura de São Paulo, 2020, p. 245):

- Cadastro Municipal de Hortas Urbanas Comunitárias Orgânicas elaborado e atualizado anualmente;
- Legislação que estabelece critérios para implantação de hortas urbanas comunitárias orgânicas em áreas públicas aprovada e implementada;
- Mapeamento das hortas urbanas comunitárias orgânicas em espaços livres públicos do Município de São Paulo realizado e incorporado à Plataforma Sampa+Rural.

Aprofundando nas ações indicadas, temos a de número 42 que busca *fortalecer as atividades econômicas ambiental e socialmente sustentáveis na zona rural do Município de São Paulo, em especial a produção local, familiar e orgânica de alimentos* (ibidem, p. 250). Temos, dessa maneira, indicadas as seguintes ações:



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- Fomento à agricultura orgânica e agroecológica na zona rural do Município, por meio da capacitação técnica dos agricultores e do fortalecimento de cadeias de valor, propiciando aumento do valor agregado da produção agrícola e da implementação de instrumentos econômicos de incentivo à conversão agroecológica, entre os quais o pagamento por serviços ambientais (PSA).
- Incentivo ao empreendedorismo de base comunitária e fortalecimento de cooperativas já existentes, ou que vierem a ser criadas, no Município de São Paulo;
- Fomento aos circuitos curtos de comercialização dos produtos in natura e processados, oriundos da zona rural do Município de São Paulo.

Em termos do contexto legal, destacamos a citação que o Plano faz em relação ao Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável - PMADRSS

Em relação à ação 43, que visa Fomentar estratégias de agricultura urbana orgânica (ibidem, p. 252):

- Definir regras e diretrizes para a utilização dos espaços livres públicos com hortas comunitárias;
- Incorporar no Sampa+Rural o mapeamento de hortas comunitárias em espaços livres públicos;
- Fortalecer o Programa Operação Trabalho (POT) Hortas e Viveiros na Comunidade.

Cita-se também a lei 13.689/2023 relativa ao Projeto Hortas e Viveiros Urbanos.

Quando olhamos o 3º Relatório de Acompanhamento das Ações do Plano, para a ação 42 o indicador geral coloca que não há dados para ele, já para os indicadores específicos, notamos melhora, com aumento dos números positivos, com exceção do indicador 5, em que houve queda do número de feiras cadastradas. Em relação às atividades, não houve dados apresentados.

Para a ação 43, sobre os indicadores gerais, houve dados positivos para dois dos três, com o terceiro sem dados apresentados. Para os indicadores específicos, não há dados para dois deles, há melhoria em um, piora em outro e para outro só dados para o ano de 2022, o que impossibilita



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

a aferição de melhora ou piora. Sobre às atividades desenvolvidas, o relatório nos apresenta quatro, todas que impactam positivamente a ação como um todo.

O capítulo em que as ações se inserem, “4.5 Gerar Trabalho e Riqueza Sustentáveis”, indica os marcos de execução para o ano de 2025, que adiantam o que as ações têm como principal foco. Conforme apresentado anteriormente, dentre as 44 ações propostas pelo Plano, duas delas (42 e 43) têm clara menção à produção alimentar urbana. A ação 42 é positivamente destacada, já que reitera a necessidade de fomento à agricultura urbana familiar, visto os benefícios intrínsecos à esse modo de produção. Destacamos também o comentário acerca do fortalecimento de cooperativas e dos circuitos curtos de circulação.

Já a ação 43, também é outra ação relacionada à produção alimentar urbana. Destacamos que ela busca diretrizes para utilização dos espaços públicos visando a criação de hortas comunitárias, relacionado-se claramente com a lei PROAURP e incorporando o mapeamento das mesmas na plataforma SAMPA+RURAL. Esse mapeamento visa destacar e fortalecer essas ações, podendo potencializar o interesse da população em tais espaços.

Todavia, podemos observar que em relação ao Plano, é possível argumentar que há um apontamento tímido em termos de ações que busquem alavancar a produção de alimentos em contexto urbano na capital paulista, frente à escala municipal.

É relevante destacar que a agenda voltada para o fortalecimento da política de desenvolvimento rural sustentável e também de AUP presentes no PlanClima estão atreladas ao desenvolvimento econômico, em consonância com as diretrizes da Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável do PDE⁷, que, dentro desta, se insere como um “Polo de Desenvolvimento Econômico Rural Sustentável⁸”. Os planos se aproximam neste aspecto pois ambos trazem a perspectiva do fortalecimento de atividades econômicas e de formas de uso responsáveis e compatíveis com territórios ambientalmente sensíveis como uma estratégia ambiental.

⁷ Estruturada a partir do Artigo 174 da Lei 16.050/2014(PDE)

⁸ Estruturado a partir do Artigo 189 da Lei 16.050/2014(PDE)



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Ambos partem do entendimento que preservar através do uso e não apenas a restrição pode ser mais eficaz no controle e preservação de áreas de proteção ambiental. O PDE, ainda se comparado ao PlanClima destrincha melhor o uso voltado para o turismo de base comunitária, ou ecoturismo, em diversos artigos da Lei, cujas políticas serão melhor detalhadas no Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável PMADRS (2023- 2031) de São Paulo, publicado em 2023. Este aspecto, no entanto, aparece timidamente no PlanClima, atrelado ao Sampa+Rural sem estar formalmente em nenhuma das ações.

Em suma, o PDE recria a Zona Rural e estabelece uma política específica voltada à ela, com a criação de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário⁹, que desde sua criação este órgão colegiado seguiu desenvolvendo políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, com participação social e com orçamento próprio a partir de 2023 (Yebra, 2025, p. 159).

Yebra (2025, p. 127) indica que a trajetória das políticas públicas voltadas para AUP no município é relativamente recente, destaca alguns autores que situam o princípio de políticas voltadas para agricultura no município na década de 1980, mas que ganharam substância apenas a partir dos 2000. Ou seja, há pelo menos duas décadas de estruturação de políticas voltadas para a pauta, como mostra a **Tabela 1** a seguir, diferentemente de outros temas do PlanClima que ainda são relativamente recentes.

Tabela 1 - Panorama de Políticas de AUP municipais.

⁹ Criado pelo artigo 192 da Lei 16.050 de 31 de Julho de 2014 (PDE), regulamentado pelo Decreto 57.058 de 14 de Julho de 2016. A primeira reunião ocorreu apenas em setembro de 2016. Disponível em <https://prefeitura.sp.gov.br/web/desenvolvimento/w/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/238640> . Acesso em 04/07/25



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ESFERA	TIPO	1990-2000	2000-2010	2010-2020
MUNICIPAL	LEI/DECRETO/PORTARIA		(2001) Lei Municipal nº 13.136/2001 - APA Capivari Monos (Pref. Marta Suplicy 2001 - 2005) (2002) PDE -2002 (Pref. Marta Suplicy 2001 - 2005) (2004) Lei 13.727/2004 - PROAURP (Pref. Marta Suplicy 2001 - 2005) (2006) Lei Municipal nº 14.162/2006 - APA Bororé Colônia (2009) Decreto nº 50.741 - Programa Escola Estufa Lucy Montoro (Pref. Gilberto Kassab - 2006-2013)	(2014) PDE - 2014 (Pref. Fernando Haddad) (2015) Lei Municipal 16.140/2015 - Lei da Merenda Orgânica
	PLANO/ PROGRAMA/ INSTRUMENTO	(1991) Programa Guarapiranga (Pref. Luiza Erundina 1989-1991) (1991) SOS Mananciais (Pref. Luiza Erundina 1989-1991)	(2002) Plano Regional Parelheiros (Pref. Marta Suplicy 2001 - 2005) (2003) CAE - Parelheiros (Pref. Marta Suplicy 2001 - 2005) (2004) PROAURP (Pref. Marta Suplicy 2001 - 2005) (2005) Editais FEMA (Pref. Marta Suplicy 2001 - 2005) (2009) Programa Escola Estufa Lucy Montoro (Pref. Gilberto Kassab - 2006-2013)	(2010) PROAURP II - atualizado pelo Decreto 51.801/2010 (Pref. Gilberto Kassab - 2006-2013) (2010) Programa de Agricultura Limpa - (Pref. Gilberto Kassab - 2006-2013) (2016) Programa Agriculturas Paulistanas (Pref. Fernando Haddad - 2013-2016) (2016) Projeto Ligue os Pontos (Pref. Fernando Haddad - 2013-2016)

Fonte: Yebra, 2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

É nítido como as ações 42 e 42 são melhores desenhadas que a 40, por exemplo. Em 2020, ano de elaboração do PlanClima já estava estruturado o Projeto Ligue os Pontos, que conforme aponta Yebra (op.cit.) promoveu grandes avanços relacionados à cadeia de valor da agricultura, com a criação do mapeamento “Sampa+Rural” que hoje virou uma referência do município. E também PMADRS, já estava em elaboração. Havia uma equipe altamente qualificada se debruçando sobre, além de marcos legais como o PROAURP e outros presentes na Tabela 1 entre outros.

Dessa forma, podemos ver que há um caminhar das políticas públicas municipais nas temáticas relacionadas à produção alimentar urbana. Entretanto, ao analisar o PlanClima, notamos que elas ainda se mostram pouco aprofundadas, perante às necessidades sociais municipais. A pertinência de análise do Plano, se dá por ser o mais recente plano climático do município, que deveria tornar claro a contribuição dos últimos anos em termos de discussão dessa temática no âmbito municipal. Portanto, asseveramos que há necessidade de um maior aprofundamento do que é apontado pelo Plano, e que as ações propostas tomem materialidade no território municipal, trazendo benefícios socioambientais, notadamente para a parcela da população de menor renda, aquela de maior vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

ASSAD, Eduardo Delgado; ASSAD, Maria Leonor R. C. L. Mudanças do clima e agropecuária: impactos, mitigação e adaptação. Desafios e oportunidades. **Estudos Avançados**, v. 38, n. 112, p. 215-232, set./dez. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Elefante Editora, 2023

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES – CONTAG. **Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2024**. Brasília: CONTAG, 2024.

CHANCEL, L., BOTHE, P., VOITURIEZ, T. *Climate Inequality Report 2023*. **World Inequality Lab Study**. 2023.

FGV/ EAESP. **Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano**. 2022

FAO - Food and Agriculture Organization. Methods for Estimating Greenhouse Gas - Emissions from Food Systems - Part III: Energy Use in Fertilizer Manufacturing, Food Processing, Packaging, Retail and Household Consumption. Food and Agriculture Organization (FAO). Roma, p. 71. 2021.

GONÇALVES, Juliana Rodrigues; MASCARENHAS, Thais Silva. **Consumo responsável em ação: tecendo relações solidárias entre o campo e a cidade**. São Paulo: Instituto Kairós, 2017

HAYEK, M.N., Harwatt, H., Ripple, W.J. et al. The carbon opportunity cost of animal-sourced food production on land. Nat Sustain 4, 21–24 (2021). <https://doi.org/10.1038/s41893-020-00603-4>

IPCC. Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. [Core Writing Team, H. Lee e J. Romero (eds.)]. Genebra, Suíça, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/> .



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

OXFAM. *Methodology Note: Survival of the Richest*. Oxford: Oxfam, 2023.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Plano de Ação Climática de São Paulo 2020-2050**. São Paulo: C40, 2020.

SANTOS, Ana Paula dos; SILVA, Priscila Mayara da; SOUZA, Renata de. Os impactos das mudanças climáticas na Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 145-158, jan. 2022.

TRAVASSOS, L.; PORTES, B. Rural Metropolitano: caracterização e regulação na Região Metropolitana de São Paulo (Brasil). **Revista de Geografia e Ordenamento Territorial**, n.14, p.359-380. Setembro, 2018.

YEBRA, Cassia Grabert Neves. **Agricultura urbana e periurbana em São Paulo; produção de água e alimento na zona rural sul**. 2025. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. doi:10.11606/D.16.2025.tde-17042025-092027. Acesso em: 2025-07-07.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

